

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.929 - SP
(2019/0103509-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO - RJ095502
LEONARDO MOBARAK ANDRADE GOMES - RJ131448
AGRAVADO : ZANINI RENK EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO : MICHELLE SANCHES FIGUEIREDO COIMBRA - SP197139

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por EDP - COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA, contra decisão de fls. 538-539, proferida pela Presidência desta Corte, que não conheceu de seu agravo em recurso especial por entender que a recorrente não impugnou todos os fundamentos da decisão que não admitiu o seu recurso especial, notadamente quanto ao não cabimento de REsp por ofensa a resolução, já que tal expediente não se enquadra no conceito de lei federal.

No presente recurso a recorrente sustenta que não deveria mesmo impugnar tal fundamento, uma vez que o seu recurso não apontou violação a texto de resolução.

Impugnação apresentada.

Assim delimitada a controvérsia, analiso o recurso.

Verifico que assiste razão à recorrente, quanto ao cabimento de seu ARES, razão por que, **reconsidero** a decisão agravada e passo à análise do recurso.

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 367, e-STJ):

EMENTA: Compra e venda de bem móvel (energia elétrica) - Ação de indenização por lucros cessantes – Proposta aceita, mas que vincula as partes apenas nos respectivos termos – Contrato não formalizado - Sentença de improcedência mantida – Improvimento.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

No recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015; e 113, 422 e 427 do Código Civil.

Noticiam os autos, que a autora, ora recorrente, ajuizou ação indenizatória,

Superior Tribunal de Justiça

sustentando que teve sua proposta de fornecimento de energia aceita pela ré, ora recorrida, contudo, devido às discordâncias quanto ao teor de algumas cláusulas do contrato e por alterações no setor jurídico, segundo alegações da ré, o contrato não se aperfeiçoou.

Entende, a recorrente, conforme explicitado na inicial, cabível a exigência de lucros cessantes, no importe de R\$ 2.240.286,50, (dois milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos) em decorrência da queda nos preços de energia elétrica no mercado, ressaltando que na assinatura da proposta foi feita a reserva da energia combinada e a não assinatura do contrato causou-lhe prejuízos.

Alega, em suma, que a proposta de venda de energia elétrica, aceita pela ré, equivale a compromisso de compra e venda entre as partes, vinculando-as, ressaltando que no pacto assinado já constavam os elementos característicos do contrato.

Contrarrazões apresentadas.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Quanto à alegada violação dos artigos 489 e 1.022 do CPC de 2015, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses dos recorrentes, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido (fls. 406-407, e-STJ). Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe 3/8/2016.

Quanto ao mérito o recurso também encontra-se inviabilizado pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

Com efeito o Tribunal de origem solucionou a controvérsia à luz do

conjunto fático-probatório dos autos, adotando a fundamentação já exarada na sentença, conforme se verifica:

A insurgência da autora é com relação à proposta efetivamente aceita pela ré, vinculando as partes antes e independente da assinatura do contrato.

Observa-se dos documentos carreados aos autos que a autora formulou Proposta Comercial de Venda de Energia Elétrica Incentivada (fls. 100/103), da qual constam:

considerações sobre a empresa autora, as partes, a descrição do produto a ser comercializado, a quantidade, o valor, o período de suprimento, data base do preço, ponto de entrega, ressarcimento pela perda de desconto, ajuste/reajuste, impostos, vencimento da fatura, sazonalização, flexibilidade mensal, percentual de atendimento, "take or pray", "take" máximo anual, garantia e registro.

Na proposta há a observação de que a assinatura da mesma "obriga as partes a firmar Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no prazo de 30 (trinta) dias para melhor especificar as condições ora previstas. Esta proposta é válida e vincula as partes segundo os termos e condições nela previstos. Ainda: Caso o contrato de compra e venda de energia não seja formalizado dentro do prazo supramencionado, a vendedora poderá à sua livre escolha, tornar inválida esta proposta". A ré assinou a proposta em 08.07.2015 (fls. 91).

[...]

O contrato, por sua vez, foi encaminhado à ré em 15.07.2015 (fls. 116) para análise da minuta. Em resposta, no dia 28.07.2015 (fls. 115), após análise do departamento jurídico, a ré solicitou algumas alterações. Observa-se que algumas destas alterações foram devidamente aceitas pela autora (fls. 114), permanecendo multa por rescisão contratual, multa rescisória de perdas e danos, bem como multa diária por não instauração de tribunal arbitral.

[...]

Sendo assim, a proposta deve ser completa no sentido de que deve conter todos os requisitos necessários a bem esclarecer de fato as reais condições do contrato.

Pois bem, analisando a proposta de fls. 100/103, observa-se que ela apenas vinculou-se segundo os termos e condições

nela previstos (fls. 103). E, como alegado pela ré, a autora não fez constar na proposta todos os elementos indispensáveis à livre manifestação de vontade da ré, pois inseriu no contrato condições imutáveis às quais a ré não havia prévia e livremente aderido. A proposta não faz menção à reserva de energia, bem como a cláusulas padrões, as quais deveriam ser expressamente aceitas pela ré, quais sejam: multa por rescisão contratual; multa rescisória por perdas e danos e multa por não instauração de tribunal arbitral.

A declaração que não corresponder a uma adesão integral aos termos da proposta, não vincula o proponente. Para ter o efeito vinculante gerador da possível indenização por perdas e danos, o contrato deveria ser uma réplica da proposta e não conter cláusulas que o oblato não tinha ciência. A minuta enviada para análise em 15.07.2015 (fls. 118) fez-se valer de uma nova proposta, tanto que foi negociada entre as partes, inclusive, a autora aceitou algumas alterações (fls.

114).

[...]

A alegação da autora de que as minutas de contratação de energia elétrica através do ambiente de comercialização livre junto à CCEE obedecem a uma padronização utilizada por todos os agentes comercializadores, contendo cláusulas penais com previsão de multa e compensação por perdas e danos, em caso de rescisão unilateral, não merece prosperar. Incontroverso que sejam cláusulas padronizadas, mas a ré só estaria vinculada, na forma da lei, caso todas estas cláusulas ditas padrões estivessem definidas na proposta. O que, de fato, não ocorreu.

[...]

E exatamente nesse sentido foi a situação dos autos quando se faz a leitura do e-mail de fls. 86, subscrito pelo controller da ré, conjugado com a proposta de fls. 93/103 onde se vê que as partes, na verdade, não passaram da esfera de tratativas quanto ao fornecimento e preço da energia, mas deixando para o contrato a melhor especificação das condições previstas na proposta (fls. 103), o que evidentemente não ocorreu diante do desacordo entre os litigantes quanto a outras cláusulas que seriam incluídas no contrato a ser formalizado (fls. 106 e ss.) o que levou a sua não pactuação, sendo bem explicitado a fls. 107 que a ré não se considera vinculada “a todas e quaisquer condições contidas no contrato, que não estavam previstas na

Superior Tribunal de Justiça

proposta comercial, pelo fato de tê-la aceita em momento anterior. Nota-se que a divergência estabelecida não versava sobre as condições negociadas entre as partes, mas sim de outras condições contidas no contrato, que acabou inviabilizando a conclusão do negócio jurídico”.

Não bastassem esses argumentos para a rejeição do pedido inicial, tem-se que, a par das inovações contratuais que acabaram invalidando a proposta, a autora pleiteou tão somente a fixação de indenização por lucros cessantes, e não a execução de eventual cláusula penal, cuja consequência é a atração do ônus da prova dos prejuízos decorrentes do alegado inadimplemento da ré.

Contudo, não houve prova concreta dos alegados lucros cessantes, sendo insuficientes os documentos unilaterais juntados para a respectiva comprovação.

Como se vê, o Tribunal de origem solucionou a controvérsia à luz da proposta que foi apresentada pela recorrente à ora recorrida, bem como do contrato a ser formalizado entre as partes, tendo concluído, à luz do contexto fático e probatório dos autos, ter sido legítima a desistência pela recorrida, já que o contrato não refletiu com integridade a proposta que lhe foi anteriormente apresentada, de sorte que a ele não ficou vinculada na condição de proponente.

Assim, a modificação do acórdão recorrido esbarra no óbice das Súmulas 5 e 7/STJ, que ostentam o seguinte teor, respectivamente:

"A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial".

e

"A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA. EFETIVAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem

Superior Tribunal de Justiça

omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 633.523/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 10/3/2015).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora